

Estudo Técnico Preliminar 19/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08485.002410/2025-68

2. Descrição da necessidade

2.1. O objetivo do presente Estudo Técnico Preliminar é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Auxiliar de Serviços Gerais, com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados de forma contínua nas dependências da Superintendência Regional de Polícia Federal em Roraima e na Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima, com a finalidade de atender às necessidades de conservação e apoio operacional das instalações físicas, proporcionando um ambiente de trabalho adequado e seguro para servidores e usuários internos e externos.

2.2. Considerando que o contrato vigente possui vigência até Agosto de 2025, a empresa atualmente contratada manifestou desinteresse na prorrogação contratual, além da ampliação das instalações da Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima, faz-se necessária a abertura de novo processo licitatório para contratação de empresa especializada na execução dos serviços de Auxiliar de Serviços Gerais.

2.3. Importante destacar que a Polícia Federal não dispõe de categoria funcional cujas atribuições coincidam com os serviços pretendidos. Dentro do quadro de cargos da instituição, não há previsão de cargos com funções específicas Auxiliar de Serviços Gerais, conservação e apoio operacional de caráter contínuo, características inerentes aos postos de trabalho que se busca contratar.

2.4. O serviço de Auxiliar de Serviços Gerais é essencial para garantir a conservação e organização das áreas internas e externas das unidades da Polícia Federal em Roraima, prestando apoio nas atividades gerais que demandem força física moderada e rotinas não administrativas de menor complexidade. A execução desses serviços é imprescindível para manter a salubridade, a estética e o funcionamento adequado das unidades, atendendo tanto ao público interno quanto ao público externo, sempre em conformidade com os padrões de segurança, higiene e saúde no trabalho.

2.5. A atividade objeto desta contratação está em conformidade com as disposições do Decreto nº 9.507/2018, da Portaria nº 443 /2018-MPDG e da Instrução Normativa nº 5/2017 – SEGES/MPDG. Não há vedação legal para a contratação terceirizada dos serviços de Auxiliar de Serviços Gerais, visto que as funções não constam no rol de atribuições dos cargos da estrutura da Polícia Federal, não infringindo assim os normativos que regulam a terceirização no âmbito da Administração Pública Federal.

2.6. Justifica-se a presente contratação pela impossibilidade de prorrogação do contrato atual por desinteresse da empresa contratada, somada à ampliação da demanda em razão de novas áreas físicas decorrentes da reforma e ampliação da Delegacia de Pacaraima. Ressalta-se, ainda, que a continuidade dos serviço de Auxiliar de Serviços Gerais é condição indispensável para o bom funcionamento e a segurança sanitária das unidades da Polícia Federal em Roraima.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RR	LEONARDO DE ALMEIDA DIAS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Natureza e classificação dos serviços

4.1. A contratação enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do artigo, 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, uma vez possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2. Considerando o enquadramento acima e de modo a cumprir as determinações da Lei nº 14.133, de 2021, e da IN SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, o processo licitatório deve ser realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço.

4.3. Os serviços do "Auxiliar de Serviços Gerais" deverão ser prestados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra uma vez que: os empregados do contratado ficarão à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços. O contratado não compartilhará os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos e o contratado possibilitará a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocado no contrato.

4.4. Para fins do disposto no §2º, art. 19 da Lei nº 14.133/2021, declaramos que os serviços objeto desta contratação não fazem parte atualmente do Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal, conforme consulta realizada em 23/06/2025, sendo este o motivo de sua não utilização.

Prazo de vigência da contratação

4.5. A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Regime de Execução

4.6. O regime de execução será o da empreitada pelo preço global uma vez que as características qualitativas e quantitativas do objeto serão previamente definidas no edital, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros.

Local, horário e início da prestação dos serviços

4.7. Os serviços referenciados neste Estudo Técnico Preliminar serão executados nas unidades da Polícia Federal em Roraima, nos endereços abaixo relacionados, sob o regime de 40 horas semanais, de acordo com as rotinas fixadas no Termo de Referência:

- Em Boa vista: Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima - SR/PF/RR- Avenida Brasil, 551, treze de setembro.
- Em Pacaraima: Avenida Panamericana, s/nº - Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima

4.8. A jornada de trabalho deverá ser de 40h (quarenta horas) semanais, de acordo com o estabelecido pela legislação vigente, inclusive levando em consideração o dissídio, convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria, sendo realizada das segundas às sextas-feiras, podendo ser acionado aos sábados conforme necessidade do órgão, respeitado a carga horária semanal.

Requisitos da mão de obra empregada na execução dos Serviços Gerais

4.9. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às seguintes categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO:

Atividade ou Serviço	Código - CBO	Ocupação
Serviços Gerais	5143	Auxiliar de Serviços Gerais

4.10. A contratada deverá dispor de mão de obra qualificada para prestar os serviços em conformidade com a legislação trabalhista e com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional.

4.11. Para o posto os profissionais deverão comportar-se diariamente durante a execução do serviço conforme as características a seguir:

- Demonstrar competências pessoais;
- Manter-se disciplinado;
- Cuidar da aparência e higiene pessoal;
- Demonstrar cordialidade;

- Contornar situações adversas;
- Cultivar ética profissional;
- Manter-se dinâmico;
- Demonstrar educação e paciência.

Apresentação dos funcionários

4.12. A contratada deverá fornecer uniformes nas especificações e periodicidade determinadas no Termo de Referência, devendo os funcionários apresentar-se sempre com uniformes limpos, passados e portando o crachá de identificação.

4.13. A empresa deve orientar seus funcionários quanto ao uso de maquiagem e adereços (brincos, colares e anéis), estes são de uso facultativo de cada funcionário, e, se usados devem ser discretos e condizentes com o ambiente de trabalho.

4.14. A empresa deve orientar seus funcionários quanto às vestimentas para entrada e saída nas instalações onde os serviços serão prestados. Tais roupas devem ser condizentes com a moral administrativa e com o ambiente de trabalho.

4.15. Quando do início da prestação dos serviços, ou no caso de apresentação de substitutos, a empresa deverá encaminhar os funcionários ao fiscal técnico do contrato juntamente com os documentos a serem exigidos no Termo de Referência.

Salário base e demais benefícios dos funcionários

4.16. Os salários dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos em sentença normativa ou lei, Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho à qual a Contratada ou profissionais estejam vinculados.

4.17. O depósito dos salários e todos os benefícios deverão ocorrer até o 5º dia útil do mês posterior à execução do serviço, conforme previsto na CLT, independentemente dos pagamentos a serem realizados pela Contratante, que serão realizados respeitando os prazos de recebimento e pagamento.

Jornada de trabalho, controle de frequência e substituição

4.18. O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, cabendo exclusivamente à mesma a substituição de seus funcionários nas ocorrências de faltas ou interrupções no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços.

4.19. É expressamente proibida a realização de horas extras na realização dos serviços, devendo a contratada orientar os funcionários e realizar o controle da frequência e carga horária na execução dos serviços.

4.20. A contratada deverá orientar os prestadores de serviços que em caso de falta, ausência no local de trabalho, atrasos ou licenças, deverá informar primeiramente à Contratada através de seu preposto, que se incumbirá de comunicar o fiscal técnico ou seu substituto, e providenciar a substituição.

4.21. A Contratada deverá instruir seus empregados, que por ocasião de licença médica o atestado original deverá ser entregue diretamente na empresa, devendo esta responsabilizar-se pela entrega da cópia para a Contratante juntamente aos documentos de medição.

4.22. No caso da substituição, o (a) substituto (a) deverá ser previamente apresentado(a) ao fiscal setorial do contrato e deverá usar uniforme e crachá de identificação, bem como estar munido do controle de frequência ou documento de apresentação de substituto, devendo a contratada encaminhar tal documento na medição para fins de comprovação de cobertura do posto.

4.23. A falta de cobertura dos postos ensejará a glosa do dia descoberto, sem prejuízo da incidência de ocorrência no indicador específico do Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

Sustentabilidade

4.24. Sobre sustentabilidade, a CONTRATADA fica obrigada a adotar os termos da IN SLTI/MPOG nº 01/2010, no que for cabível. Especificamente, a contratada deverá observar as seguintes práticas:

- a) Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- b) Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objeto inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- c) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

- d) Fornecer aos empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para execução dos serviços;
- e) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos técnicos.

Observações gerais

4.25. O contratante não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 2017, observado o entendimento do PARECER nº00004/2017/CPLC/PGF /AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

4.26. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.27. No tocante à transição contratual, esta não se aplica a presente contratação, sendo desnecessária transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista que é requisito a formação profissional dos terceirizados com conhecimento e habilidades para a execução de suas funções.

4.28. O licitante deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.29. As obrigações da Contratada e Contratante estarão previstas no Termo de Referência e Contrato.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio da ferramenta de consultas denominada Banco de Preços e no Portal do PNCP, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

5.2. Para a contratação do serviço objeto deste estudo, tanto as empresas prestadoras como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

5.3. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudesse acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições, a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, também em face dos serviços serem considerados comuns e já haver delimitação de postos similares pela Secretaria de Gestão - SEGES do Governo Federal, a exemplo dos postos de vigilância e limpeza e conservação.

5.4. Numerosas empresas especializadas podem prestar os serviços em questão, por se tratarem de serviços comuns, disponíveis no mercado.

5.5. No histórico das contratações do órgão licitante também foram verificados fundamentos e parâmetros para as pretensas contratações.

5.6. Por todo o exposto, notou-se que a solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para disponibilização de mão de obra, visando à realização dos serviços continuados de Auxiliar de Serviços Gerais, com dedicação exclusiva de mão de obra.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução apontada pelo presente estudo é a contratação dos serviços continuados de Auxiliar de Serviços Gerais, por meio de empresa que forneça mão de obra, com dedicação exclusiva, para atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima – SR/PF/RR e da Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima.

6.2. A contratação adotará o regime de execução indireta mediante empreitada por preço global.

6.3. A descrição, especificações e indicações de códigos de serviço (CATSER) e de Ocupações no Brasil (CBO), são as seguintes:

ATIVIDADE	CATSER	CBO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	JORNADA DE TRABALHO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
Auxiliar de Serviços Gerais	25194	5143	Prestar apoio nas atividades gerais que demandem força física moderada, auxiliar na limpeza e nas rotinas não administrativas de menor complexidade	40 horas semanais	Ensino Fundamental

6.3.1. O serviço de Auxiliar de Serviços Gerais terá as atribuições a seguir:

- Efetuar a mudança de móveis, computadores, utensílios e materiais diversos quando da alteração de “layout” de salas ou áreas de serviço/setores, bem como de outras demandas;
- Auxiliar na entrega e distribuição de material de consumo e permanente;
- Efetuar a carga e descarga de móveis, utensílios, materiais, arquivos ou outros bens ou materiais;
- Auxiliar na preparação e transporte de caixas, pacotes e sacolas a serem manuseadas;
- Realizar a substituição de bombonas de água mineral dos bebedouros;
- Mudanças de vasos de plantas e afins;
- Substituição de lâmpadas e pequenos reparos de manutenção predial de baixa complexidade;
- Zelar pelos materiais transportados e pelas instalações da repartição;
- Efetuar roço, coleta de resíduos e varrição de áreas externas, quando solicitado;
- Limpeza e manutenção preventiva de piscina;
- Efetuar outras atividades correlatas ao cargo e afins;

6.4. A Contratada deverá fornecer uniforme nas quantidades, periodicidade e qualidade definidas no Termo de Referência e neste estudo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas tomou como base as contratações vigentes, cujo quantitativo vem sendo adequado à necessidade do órgão a cada ciclo de renovação das avenças.

7.2. Com base no Documento de Formalização da Demanda e o histórico da contratação, bem como tratativas com os responsáveis pela fiscalização das atuais contratações, definiu-se a quantidade de postos de trabalho do seguinte modo:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO /CATSER / CBO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Auxiliar de Serviços Gerais Local: Boa Vista - RR	Posto de Trabalho	02
2	Auxiliar de Serviços Gerais Local: Pacaraima - RR	Posto de Trabalho	01

7.3. Em relação à quantidade de uniformes por categoria, a CCT de referência determina que quando de uso obrigatório, as empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados o uniforme necessário.

7.4. Assim, a CONTRATADA deverá fornecer e substituir, às suas expensas, aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços, uniformes completos ao início da execução do contrato, conforme categoria profissional, devendo ser substituído a cada 6 (seis) meses ou quando solicitado pelo Fiscal do Contrato pelo desgaste prematuro.

7.4.1. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

7.5. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

ITEM	PEÇAS DO UNIFORME	QUANTIDADE ANUAL
1	Camisas polo, manga curta, confeccionada em tecido 100% algodão, na cor padrão da contratada. Deve conter discreta identificação bordada ou estampada da empresa Contratada na parte frontal	04
2	Calça confeccionada em tecido jeans resistente (100% algodão ou com elastano para conforto), com costuras reforçadas, bolsos frontais e traseiros.	04
3	Par de sapato ou botina de segurança, com cabedal em couro (natural ou sintético), biqueira de aço ou composite, solado antiderrapante e fechamento em cadarço ou elástico	02
4	Luvas em couro tipo raspa, com reforço nas palmas e costuras protegidas.	02
5	Crachá de identificação em PVC	01
6	Cinta Ergonômica de apoio lombar com ajuste em velcro, confeccionada em material elástico e respirável	01
7	Óculos, com proteção aos raios solares para trabalho externo	02
8	Camiseta manga longa leve e respirável, confeccionada em tecido com fator de proteção solar UV 50+	02
9	Máscara proteção, com válvula. Classe Pff2, N5 ou equivalente	04
10	Boné ou chapéu, modelo touca Árabe, fechamento frontal em velcro	02
11	Protetor solar uva/uvb, fator de proteção 70, isento de óleo embalagem com 200ml	02

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 153.068,16

8.1 Para estimar o valor da mão de obra, foi utilizada Convenção Coletiva 2025/2026 - RR000014/2025, firmada entre o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP. PREST. DE SERV., LIMPEZA URBANA, ÁREAS VERDES, ASSEJO E CONS.E COLOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE TERCEIROS DO ESTADO DE RORAIMA e a FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - FEBRAC, presente no Apêndice III.

8.2. As Planilhas de Custo e Formação de Preços da mão de obra encontram-se presentes no Apêndice II.

8.3. A estimativa dos custos com Uniformes e EPIs encontra-se presente no Apêndice I.

8.4. A estimativa do valor total da contratação é de R\$ 153.068,16 (cento e cinquenta e três mil, sessenta e oito reais e dezesseis centavos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A licitação deverá ser feita por meio de único grupo composto por 2 (dois) itens. O agrupamento se faz viável tendo em vista que os serviços agrupados são de mesma natureza e se justifica pela dinamização e uniformização do processo de contratação e fiscalização do serviço pretendido.

9.2. O agrupamento se faz viável por trazer mais eficiência técnica, por manter a qualidade do empreendimento e quando unificados o fornecimento por serviços de mesma natureza traz mais vantagens na padronização dos serviços a serem fornecidos, acreditamos ainda que haverá um grande ganho na economia de escala para a Administração, implicando em aumento de quantitativos e diluição maior dos custos operacionais, refletindo na redução do preço ofertado.

9.3. Sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica para executar os serviços previstos nos grupos proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa.

9.4. Ademais, a jurisprudência do TCU admite a possibilidade de não parcelamento para casos de serviços terceirizados sem maior complexidade como é o caso dos presentes autos. Veja-se:

"O parcelamento do objeto deve ser adotado apenas na contratação de serviços de maior especialização técnica, uma vez que, como regra, ele não propicia ampliação de competitividade na contratação de serviços de menor especialização."

Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 7/2018, promovido pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo (Sesi/SP) para a contratação de serviços continuados de portaria, jardinagem, limpeza e conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, em prol das unidades do Sesi nos municípios de Santos, Americana, Nova Odessa e Monte Alto. Entre as irregularidades suscitadas, mereceu destaque a “possível inobservância do princípio do parcelamento do objeto nos critérios utilizados para a definição dos Lotes 1, 2 e 3, considerando, para tanto, as unidades do Sesi abrangidas por cada lote, a diversidade dos itens de serviços a serem contratados (portaria, limpeza, manutenção e jardinagem) e o fornecimento de materiais”. Instado a se manifestar, o Sesi/SP sustentou que “jardinagem, portaria, limpeza e conservação são serviços de baixa complexidade e que não demandam especialização técnica, de modo que a expertise da contratada está no recrutamento e gestão de pessoal, e não propriamente nos serviços continuados disponibilizados ao contratante”. Acrescentou ainda que “conforme jurisprudência sedimentada no âmbito do Tribunal de Contas da União, o parcelamento é desnecessário por não representar qualquer potencial vantagem ao ente contratante, nem estimular qualquer aumento da competitividade”, sendo “intuitivo que a existência de três contratos distintos, nesses casos, significaria custos três vezes maiores para sua gestão, a qual engloba controle diário sobre a efetiva prestação, avaliação do serviço, recebimento e checagem de guias de recolhimento, comprovantes e demais documentos que comprovam a regularidade da empresa no cumprimento de suas obrigações legais e trabalhistas em relação aos seus funcionários, controle de benefícios e demais obrigações definidas por acordo ou convenção coletiva, além de todas . E arrematou o Sesi/SP: “O certame teve ampla as outras atividades típicas de gestão e fiscalização de contratos” divulgação, conforme prática adotada na Entidade, com publicação em jornal de grande circulação (O Estado de São Paulo), Diário Oficial da União, site da entidade e quadro de avisos. Dessa forma, 31 empresas retiraram o edital e 28 participaram do certame. Não houve quaisquer questionamentos, erratas ou avisos e, mais importante, não houve impugnação ao Edital. O certame transcorreu regularmente, com ampla competitividade – quantidade de empresas participantes, quantidade de lances, redução dos valores em relação ao início da disputa, em relação aos valores propostos antes da fase de lances e em relação aos valores estimados”, além do que “a contratação tem como essência a prestação de serviços de terceirização, ou seja, cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo essa a expertise da empresa, e não cada um dos serviços”. Ao apreciar as justificativas apresentadas pela entidade, a unidade técnica considerou “razoáveis as premissas que levaram ao critério de parcelamento do objeto adotado pelo Sesi/SP no Pregão Eletrônico 7/2018, mormente por se tratar de serviços não especializados – para os quais, em regra, deve ser evitado o parcelamento, em vista do disposto no item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário – e por envolverem materiais de baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó, etc.”. Ao acolher o entendimento da unidade instrutiva, o relator aduziu as seguintes razões: “(i) mais de trinta licitantes teriam participado em cada um dos três lotes integrantes do Pregão Eletrônico 7/2018, evidenciando a satisfatória competitividade no certame; (ii) a soma dos valores nas três propostas vencedoras teria alcançado o montante de R\$ 33.500,00 ao mês (Peça 20), ao passo que a contratação teria o valor estimado de R\$ 35.799,51 ao mês, correspondendo ao desconto na ordem de 6,42% em benefício do Sesi-SP; (iii) a ausência de parcelamento do objeto teria restado justificada em face da baixa complexidade dos serviços não especializados, além dos materiais com baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó etc., em linha com o precedente fixado pelo item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013 prolatado pelo Plenário do TCU na seguinte linha: (...) 9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de

parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado. O colegiado anuiu ao entendimento do relator. telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática” [Grifou-se]. Acórdão 10049/2018 Segunda Câmara, Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho. Elaboração: Diretoria de Jurisprudência – Secretaria das Sessões”.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se vislumbra contratações correlatas e/ou interdependentes para execução do objeto em tela.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000010/2025
- Data de publicação no PNCP: 04/05/2024
- Id do item no PCA: 25
- Classe/Grupo: 542 - SERVIÇOS GERAIS
- Identificador da Futura Contratação: 200384-21/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O planejamento realizado busca o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros despendidos na contratação de serviços de terceiros, assim como economia processual.

12.2. Atendimento de demandas logísticas e administrativas por meio do suporte necessário às atividades finalísticas do Órgão.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há necessidade de adequação do ambiente para o fornecimento de Serviços Gerais.

13.2. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação específica para os servidores que irão atuar no contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O serviço de Auxiliar de Serviços Gerais deverá produzir resíduos líquidos e sólidos mínimos.

14.2. Os materiais a serem empregados deverão atentar para os critérios de Sustentabilidade Ambiental definidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de Janeiro de 2010, notadamente o disposto em seu Art. 6º, no que for aplicável.

14.3. Para minimizar o impacto ambiental resultante da prestação do serviço em estudo, a Contratada fica obrigada a:

14.3.1. Realizar treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.3.2. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.3.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

14.3.4. Fornecer aos empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para execução do serviço;

14.3.5. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos técnicos.

14.3.6 Colaborar com a conservação do órgão, que realiza a separação e destinação adequada dos resíduos sólidos à Coleta Seletiva, devendo os resíduos produzidos em decorrência da prestação dos serviços serem entregues à contratada devidamente separados e eventuais líquidos poluentes, reservados nas embalagens apropriadas ao descarte.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Considerando os elementos obtidos neste Estudo Preliminar, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento considera a contratação em pauta viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 LEONARDO DE ALMEIDA DIAS
Data: 07/07/2025 12:06:08-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

LEONARDO DE ALMEIDA DIAS

Integrante Requisitante

Documento assinado digitalmente
 JOVILSON DE ALBUQUERQUE AMORIM
Data: 07/07/2025 15:18:23-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

JOVILSON DE ALBUQUERQUE AMORIM

Integrante Técnico

EMERSON LEANDRO PORTELLA DA ROSA

Integrante Administrativo

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apêndice I - Uniformes.EPIs.pdf (434.89 KB)
- Anexo II - Apêndice II - Planilha de Custos.pdf (665.79 KB)
- Anexo III - Apêndice III - Convenção Coletiva de Trabalho 2025.pdf (250.33 KB)

UNIFORMES/EPI - Apêndice I					
Itens	Descrição	Valor unitário	Vida Útil (meses)	Quantidade (anual)	Valor proporcional por mês
1	Camisas polo, manga curta, confeccionada em tecido 100% algodão, na cor padrão da contratada. Deve conter discreta identificação bordada ou estampada da empresa Contratada na parte frontal	R\$ 67,35	12	4	R\$ 22,45
2	Calça confeccionada em tecido jeans resistente (100% algodão ou com elastano para conforto), com costuras reforçadas, bolsos frontais e traseiros.	R\$ 89,00	12	4	R\$ 29,67
3	Par de sapato ou botina de segurança, com cabedal em couro (natural ou sintético), biqueira de aço ou composite, solado antiderrapante e fechamento em cadarço ou elástico	R\$ 90,98	12	2	R\$ 15,16
4	Luvas em couro tipo raspa, com reforço nas palmas e costuras protegidas.	R\$ 35,18	12	2	R\$ 5,86
5	Crachá de identificação em PVC	R\$ 7,00	12	1	R\$ 0,58
6	Cinta Ergonômica de apoio lombar com ajuste em velcro, confeccionada em material elástico e respirável	R\$ 64,30	12	1	R\$ 5,36
7	Óculos, com proteção aos raios solares para trabalho externo	R\$ 11,00	12	2	R\$ 1,83
8	Camiseta manga longa leve e respirável, confeccionada em tecido com fator de proteção solar UV 50+	R\$ 49,90	12	2	R\$ 8,32
9	Máscara proteção, com válvula. Classe Pff2, N5 ou equivalente	R\$ 9,48	12	4	R\$ 3,16
10	Boné ou chapéu, modelo touca Árabe, fechamento frontal em velcro	R\$ 31,57	12	2	R\$ 5,26
11	Protetor solar uva/uvb, fator de proteção 70, isento de óleo embalagem com 200ml	R\$ 55,67	12	2	R\$ 9,28
TOTAL DO CUSTO MENSAL COM UNIFORMES					R\$ 106,94

Custo da mão de obra (Serviços Gerais - Boa Vista/RR) - Apêndice II

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finals** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

CONTA VINCULADA - alínea "b" do Inciso V do Art. 8º - Decreto Nº 9.507, de 21 de Setembro de 2018

Processo 08485.002410/2025-68 - Pregão Eletrônico n. **XXXXXX/2025**

Dados da mão de obra para composição dos custos			Nota
1	Data de apresentação da proposta - sessão pública de abertura do Pregão Eletrônico. (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX	
2	Serviço	Serviços Gerais	
3	Tipo de jornada	40 horas	
4	Unidade de Medida	Unidade	
5	Quantidade da unidade de medida	1	
6	Nº de meses de execução contratual	12	
7	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	R\$ 1.533,00	
8	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143	
9	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	Convenção	
10	Município/UF	Boa Vista/RR	
11	Número do registro do instrumento coletivo no sistema Mediador	RR000014/2025	
12	Data base da categoria	01/01/2025	

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)	Nota
A	Salário Base	R\$ 1.533,00	
B	Adicional de periculosidade - (30% do salário base)	R\$ 0,00	
C	Adicional de insalubridade - (10%, 20% ou 40% do salário mínimo)	R\$ 0,00	
D	Adicional noturno - (((Sal. Base+Periculosidade ou insalubridade+gratificações/(180, 200 ou 220))*20%)*qtd horas noturnas)*qtd dias com adicional noturno)	R\$ 0,00	
E	Adicional de hora noturna reduzida - (((salário base + periculosidade ou insalubridade + gratificações) + (180, 200 ou 220) x quantidade de hora noturna adicional) x 120%)x quantidade de dias trabalhados) - Cláusula 31ª	R\$ 0,00	
F	Adicional Horas extras - [(verbas de natureza salarial/(180, 200 ou 220)+((verbas de natureza salarial/189,200 ou 180hs)*50% ou 100%)] * quantidade de horas extras	R\$ 0,00	
G	Reflexo no DSR - (((valor das horas extras) + nº de dias úteis do mês) x nº RSR do mês)	R\$ 0,00	
H	Outros - Gratificação POR POSTO (Cláusula XXª CCT)	R\$ 0,00	
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO (A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+L)	R\$ 1.533,00	

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

SUBMÓDULO 2.1: 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)	Nota
A	13º (décimo terceiro) Salário - (Rem x 8,33%)	8,33%	R\$ 127,75
B	Férias e Adicional de Férias - (Rem x 12,10%)	12,10%	R\$ 185,49
SUBTOTAL (A+B)		R\$ 313,24	

SUBMÓDULO 2.2: Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)	Nota
A	INSS (Nota 5)	20,00%	R\$ 306,60	
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 38,33	
C	RAT Ajustado (RAT x FAP) = RAT (1%, 2% ou 3%) x FAP (0,5 a 2)	3,00%	R\$ 45,99	
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 23,00	
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 15,33	
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,20	
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,07	
H	FGTS	8,00%	R\$ 122,64	
	TOTAL GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES (A+B+C+D+E+F+G+H)	36,80%	R\$ 564,14	

SUBMÓDULO 2.3: Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)	Nota
A	Transporte - (valor do VT*2*numero de dias trabalhados)-(salário base*6%) - CCT (nota 8)	R\$ 150,02	

B	Vale-alimentação - CCT (nota 9 e 10)	R\$ 572,00	
C	(-) Desconto do vale-alimentação - CCT (nota 12)	-R\$ 0,25	
D	Cesta básica	R\$ 0,00	
E	Outros Benefícios		
F	Outros Benefícios		
G	Outros Benefícios		
TOTAL BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS (A+B+C+D+E+F+G)		R\$ 721,77	

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diáridos

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diáridos	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 313,24
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 564,14
2.3	Benefícios Mensais e Diáridos	R\$ 721,77
TOTAL ENCARGOS BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIDOS		R\$ 1.599,16

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)	Nota
A	Aviso Prédio Indenizado - ((rem/12)*5,55%)	0,42%	R\$ 6,44
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prédio Indenizado - (Aviso Prédio Indenizado * 8% FGTS)	0,03%	R\$ 0,46
C	Aviso Prédio Trabalhado - (REM/12/30)x7)x100% (nota 14)	1,94%	R\$ 29,74
D	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prédio Trabalhado - (Aviso Prédio Trabalhado) x % do Submódulo 2.2	0,72%	R\$ 11,04
E	Multa do FGTS sobre o Aviso Prédio Trabalhado - (Aviso Prédio Trabalhado)x40%x8%)	0,06%	R\$ 0,95
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prédio Indenizado - (Rem+Férias+13º+Adicional de Férias)x8%)x40%*90%	3,44%	R\$ 52,74
TOTAL PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ 100,41	

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE

SUBMÓDULO 4.1: Ausências legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)	Nota
A	Substituto na cobertura de férias	0,93%	R\$ 14,19
B	Substituição durante ausência por doença	1,39%	R\$ 21,31
C	Substituição durante licença por maternidade	0,29%	R\$ 4,45
D	Substituição durante licença por paternidade	0,02%	R\$ 0,31
E	Substituição durante ausência legais	0,28%	R\$ 4,29
F	Substituição durante ausência por acidente de trabalho	0,07%	R\$ 1,07
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		2,98%	R\$ 45,62
H	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade)	0,52%	R\$ 8,01
Subtotal antes da incidência do módulo 2.2		3,50%	R\$ 53,63
I	Incidência do módulo 2.2 sobre o custo de reposição	1,29%	R\$ 19,73
TOTAL DO CUSTO DE REPOSIÇÃO		4,79%	R\$ 73,36

SUBMÓDULO 4.2: Intrajornada

4.2	Intrajornada	Valor (R\$)	Nota
A	Substituição no intervalo para repouso e alimentação (intrajornada)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL INTRAJORNADA (A)		R\$ 0,00	Nota 14: Não necessário

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Ausências legais	R\$ 73,36
4.2	Substituição no intervalo para repouso e alimentação (intrajornada)	R\$ 0,00
TOTAL ENCARGOS BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 73,36

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes (pesquisa de mercado)	R\$ 106,94
B	Material de consumo (pesquisa de mercado)	R\$ 0,00
C	Depreciação e Manutenção de Ferramentas e Equipamentos (pesquisa de mercado)	R\$ 0,00
D	Outros	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		R\$ 106,94

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)	Nota
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 170,64	
B	Lucro	10,00%	R\$ 358,35	
C	Tributos			
	C.1 Tributos Federais	8,65%		
	C.1.1 PIS	0,65%	R\$ 28,05	
	C.1.2 COFINS	3,00%	R\$ 129,45	
	C.2 Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), caso beneficiada pela desoneração	0,00%	R\$ -	
	C.3 Tributos Municipais	5,00%	R\$ 215,76	
	C.3.1 - ISS			
TOTAL			R\$ 902,25	

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2 - QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 1.533,00
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.599,16
C	Módulo 3 – Provisão para rescisão	R\$ 100,41
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 73,36
E	Módulo 5 – Insumos diversos	R\$ 106,94
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 3.412,87
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 902,25
Valor total por empregado		R\$ 4.315,12

Custo da mão de obra (Serviços Gerais - Pacaraima/RR) - Apêndice II

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finals** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

CONTA VINCULADA - alínea "b" do Inciso V do Art. 8º - Decreto Nº 9.507, de 21 de Setembro de 2018

Processo 08485.002410/2025-68 - Pregão Eletrônico n. **XXXXXX/2025**

Dados da mão de obra para composição dos custos			Nota
1	Data de apresentação da proposta - sessão pública de abertura do Pregão Eletrônico. (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX	
2	Serviço	Serviços Gerais	
3	Tipo de jornada	40 horas	
4	Unidade de Medida	Unidade	
5	Quantidade da unidade de medida	1	
6	Nº de meses de execução contratual	12	
7	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	R\$ 1.533,00	
8	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143	
9	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	Convenção	
10	Município/UF	Pacaraima/RR	
11	Número do registro do instrumento coletivo no sistema Mediador	RR000014/2025	
12	Data base da categoria	01/01/2025	

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)	Nota
A	Salário Base	R\$ 1.533,00	
B	Adicional de periculosidade - (30% do salário base)	R\$ 0,00	
C	Adicional de insalubridade - (10%, 20% ou 40% do salário mínimo)	R\$ 0,00	
D	Adicional noturno - (((Sal. Base+Periculosidade ou insalubridade+gratificações/(180, 200 ou 220))*20%)*qtd horas noturnas)*qtd dias com adicional noturno)	R\$ 0,00	
E	Adicional de hora noturna reduzida - (((salário base + periculosidade ou insalubridade + gratificações) + (180, 200 ou 220) x quantidade de hora noturna adicional) x 120%)x quantidade de dias trabalhados) - Cláusula 31ª	R\$ 0,00	
F	Adicional Horas extras - [(verbas de natureza salarial/(180, 200 ou 220)+((verbas de natureza salarial/189,200 ou 180hs)*50% ou 100%)] * quantidade de horas extras	R\$ 0,00	
G	Reflexo no DSR - (((valor das horas extras) + nº de dias úteis do mês) x nº RSR do mês)	R\$ 0,00	
H	Outros - Gratificação POR POSTO (Cláusula XXª CCT)	R\$ 0,00	
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO (A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+L)	R\$ 1.533,00	

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

SUBMÓDULO 2.1: 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)	Nota
A	13º (décimo terceiro) Salário - (Rem x 8,33%)	8,33%	R\$ 127,75
B	Férias e Adicional de Férias - (Rem x 12,10%)	12,10%	R\$ 185,49
SUBTOTAL (A+B)		R\$ 313,24	

SUBMÓDULO 2.2: Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)	Nota
A	INSS (Nota 5)	20,00%	R\$ 306,60	
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 38,33	
C	RAT Ajustado (RAT x FAP) = RAT (1%, 2% ou 3%) x FAP (0,5 a 2)	3,00%	R\$ 45,99	
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 23,00	
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 15,33	
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,20	
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,07	
H	FGTS	8,00%	R\$ 122,64	
	TOTAL GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES (A+B+C+D+E+F+G+H)	36,80%	R\$ 564,14	

SUBMÓDULO 2.3: Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)	Nota
A	Transporte - (valor do VT*2*numero de dias trabalhados)-(salário base*6%) - CCT (nota 8)	R\$ 0,00	

B	Vale-alimentação - CCT (nota 9 e 10)	R\$ 572,00	
C	(-) Desconto do vale-alimentação - CCT (nota 12)	-R\$ 0,25	
D	Cesta básica	R\$ 0,00	
E	Outros Benefícios		
F	Outros Benefícios		
G	Outros Benefícios		
TOTAL BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS (A+B+C+D+E+F+G)		R\$ 571,75	

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diáridos

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diáridos	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 313,24
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 564,14
2.3	Benefícios Mensais e Diáridos	R\$ 571,75
TOTAL ENCARGOS BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIDOS		R\$ 1.449,14

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)	Nota
A	Aviso Prédio Indenizado - ((rem/12)*5,55%)	0,42%	R\$ 6,44
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prédio Indenizado - (Aviso Prédio Indenizado * 8% FGTS)	0,03%	R\$ 0,46
C	Aviso Prédio Trabalhado - (REM/12/30)x7)x100% (nota 14)	1,94%	R\$ 29,74
D	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prédio Trabalhado - (Aviso Prédio Trabalhado) x % do Submódulo 2.2	0,72%	R\$ 11,04
E	Multa do FGTS sobre o Aviso Prédio Trabalhado - (Aviso Prédio Trabalhado)x40%x8%)	0,06%	R\$ 0,95
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prédio Indenizado - (Rem+Férias+13º+Adicional de Férias)x8%)x40%*90%	3,44%	R\$ 52,74
TOTAL PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ 100,41	

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE

SUBMÓDULO 4.1: Ausências legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)	Nota
A	Substituto na cobertura de férias	0,93%	R\$ 14,19
B	Substituição durante ausência por doença	1,39%	R\$ 21,31
C	Substituição durante licença por maternidade	0,29%	R\$ 4,45
D	Substituição durante licença por paternidade	0,02%	R\$ 0,31
E	Substituição durante ausência legais	0,28%	R\$ 4,29
F	Substituição durante ausência por acidente de trabalho	0,07%	R\$ 1,07
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		2,98%	R\$ 45,62
H	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade)	0,52%	R\$ 8,01
Subtotal antes da incidência do módulo 2.2		3,50%	R\$ 53,63
I	Incidência do módulo 2.2 sobre o custo de reposição	1,29%	R\$ 19,73
TOTAL DO CUSTO DE REPOSIÇÃO		4,79%	R\$ 73,36

SUBMÓDULO 4.2: Intrajornada

4.2	Intrajornada	Valor (R\$)	Nota
A	Substituição no intervalo para repouso e alimentação (intrajornada)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL INTRAJORNADA (A)		R\$ 0,00	Nota 14: Não necessário

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Ausências legais	R\$ 73,36
4.2	Substituição no intervalo para repouso e alimentação (intrajornada)	R\$ 0,00
TOTAL ENCARGOS BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 73,36

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes (pesquisa de mercado)	R\$ 106,94
B	Material de consumo (pesquisa de mercado)	R\$ 0,00
C	Depreciação e Manutenção de Ferramentas e Equipamentos (pesquisa de mercado)	R\$ 0,00
D	Outros	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		R\$ 106,94

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)	Nota
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 163,14	
B	Lucro	10,00%	R\$ 342,60	
C	Tributos			
	C.1 Tributos Federais	8,65%		
	C.1.1 PIS	0,65%	R\$ 26,82	
	C.1.2 COFINS	3,00%	R\$ 123,76	
	C.2 Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), caso beneficiada pela desoneração	0,00%	R\$ -	
	C.3 Tributos Municipais	5,00%	R\$ 206,27	
	C.3.1 - ISS			
TOTAL			R\$ 862,59	

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2 - QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 1.533,00
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.449,14
C	Módulo 3 – Provisão para rescisão	R\$ 100,41
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 73,36
E	Módulo 5 – Insumos diversos	R\$ 106,94
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 3.262,85
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 862,59
Valor total por empregado		R\$ 4.125,44

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RR000014/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 27/02/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR005267/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 13622.200526/2025-89
DATA DO PROTOCOLO: 21/02/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND. DOS TRAB. EM EMP. PREST. DE SERV., LIMPEZA URBANA, ÁREAS VERDES, ASSEIO E CONS. E COLOCACAO DE MAO DE OBRA DE TERCEIROS DO ESTADO DE RORAIMA, CNPJ n. 39.974.352/0001-83, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALEXANDRE GROSSI DE ALMEIDA;

E

FEDERACAO NACIONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO - FEBRAC, CNPJ n. 00.718.734/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDMILSON PEREIRA DE ASSIS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E ÁREAS VERDES**, com abrangência territorial em **RR**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIOS NORMATIVOS

A partir de 1º de janeiro de 2025, ficam garantidos os seguintes salários normativos, conforme tabela estabelecida neste instrumento coletivo.

Parágrafo Primeiro: Entende-se como PISO SALARIAL DA CATEGORIA, o salário a ser pago para os trabalhadores exercentes das funções, cujas denominações estão relacionadas com a atividade de asseio, limpeza e conservação predial: Auxiliar de limpeza; Zelador; Faxineiro; Limpador; Ajudante de limpeza; Servente; Servente de limpeza; Agente de Asseio e Conservação em conformidade com a Classificação Brasileira de Ocupações CBO.

Almoxarife	R\$ 1.533,00
Auxiliar de Limpeza/ Agente de Limpeza	R\$ 1.533,00
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 1.533,00
Dedetizador/Assemelhado	R\$ 1.533,00
Bombeiro Hidráulico	R\$ 2.193,17
Copeira	R\$ 1.533,00
Garçom	R\$ 1.533,00

Digitadores	R\$ 2.064,10
Eletricista de Baixa e Alta Tensão	R\$ 2.064,10
Supervisor de Limpeza	R\$ 2.583,13
Encarregado de Limpeza	R\$ 2.193,12
Encarregado administrativo	R\$ 2.193,12
Encarregado de Manutenção Predial (Artífice)	R\$ 2.193,12
Jardineiro	R\$ 1.585,39
Ajudante/Servente de jardinagem	R\$ 1.533,00
Operador de moto serra	R\$ 1.806,08
Capinador de córregos, canais, sistemas de drenagens e afins.	R\$ 1.533,00
Operador de Roçadeira	R\$ 1.585,39
Tratorista de manutenção de áreas verdes	R\$ 1.935,10
Motoboy	R\$ 1.806,08
Office Boy	R\$ 1.533,00
Porteiro / Controlador de Acesso/	R\$ 1.533,00
Agente de Portaria	
Recepcionista / Atendente	R\$ 1.533,00
Auxiliar de Serviços Operacionais e Manutenção	R\$ 1.533,00
Telefonista	R\$ 1.533,00
Assistente Administrativo	R\$ 3.242,07
Auxiliar administrativo	R\$ 1.533,00
Contínuo	R\$ 1.533,00
Auxiliar de Biblioteca	R\$ 1.736,93
Reprografo	R\$ 1.533,00
Auxiliar de Departamento Pessoal	R\$ 1.533,00
Assistente de Departamento Pessoal	R\$ 1.935,10



Parágrafo Segundo: Nenhum trabalhador, exceto o Aprendiz que é regido por legislação própria, poderá perceber salário inferior a R\$ 1.533,00 (Hum mil quinhentos e trinta e três reais) por mês.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Sobre os salários vigentes em 31/12/2024 para as funções e cargos não elencados na tabela acima fica garantida a aplicação do percentual 7,20% (sete, vírgula, vinte por cento).

Parágrafo Único: Na composição do índice no caput dessa cláusula estão somados a inflação apurada entre 01/01/2024 e 31/12/2024 na ordem de 4,83%, acrescidos do aumento real de 2,37% (dois, vírgula, trinta e sete por cento) que somados totalizam 7,20% (sete, vírgula, vinte por cento).

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Ficam obrigadas as empresas abrangidas por esta **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** que o saldo de salários dos trabalhadores abrangidos pelo presente instrumento, será pago impreterivelmente até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês trabalhado.

Parágrafo Primeiro: As empresas deverão especificar no comprovante de pagamento de salários, todas as verbas recebidas pelo trabalhador, bem como todos os descontos.

Parágrafo Segundo: Os comprovantes de pagamentos de salários citados no Parágrafo Primeiro desta cláusula serão entregues aos trabalhadores até o 5º (quinto) dia após a data do efetivo pagamento.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DAS JORNADAS EXTRAORDINÁRIAS

Ajustam as partes que no pagamento das horas extras realizadas pelos trabalhadores serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento), sobre o valor da hora normal, sendo permitida qualquer forma de compensação das horas extras realizadas, inclusive a título de Banco de horas.

Parágrafo Primeiro: Quando as horas extras forem realizadas em dias compensados, dias destinados ao descanso, ou feriados, estas serão pagas com o acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal, salvo quando compensação por banco de horas, ressalvada a jornada 12 x36 prevista na décima sexta.

Parágrafo Segundo: Quando a empresa convocar seus trabalhadores a participarem de reuniões, cursos, simpósios, palestras ou qualquer outra atividade relacionada ao trabalho em horário fora do expediente contratual, estas devem ser remuneradas como horas extras acrescidas do percentual de 50% (cinquenta por cento) exceção se faz aos trabalhadores que ocupem cargo de confiança e os que laboram na jornada 12 x36 prevista na décima sexta, se forem convocados dentro de sua jornada de trabalho.

Parágrafo Terceiro: Aos trabalhadores convocados para trabalho em regime de horas extras em dia destinado ao seu descanso semanal especificamente, o descanso dominical, fica garantido um intervalo mínimo de 11 (onze) para o início da próxima jornada contadas a partir da marcação do final da jornada extraordinária, caso este limite não seja respeitado ficam as horas suprimidas deste intervalo pagas com o adicional de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL NOTURNO

Será garantido a todos os trabalhadores o Adicional Noturno no percentual de 20% (vinte porcento) sobre o salário hora do trabalhador pelos serviços prestados entre às 22:00 (vinte e duas horas) de um dia e às 5:00 (cinco horas) do dia seguinte.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Será garantido aos trabalhadores o pagamento do adicional de insalubridade conforme levantamentos técnicos contidos no PPRA ou PGR/LTCAT, ficando acertado que havendo mudança de função ou sendo acrescentadas atividades diferentes das já existentes será objeto de novas avaliações dentro do programa PPRA ou PGR/LTCAT para inclusão e definição do grau de insalubridade ou periculosidade e o seu respectivo pagamento.

Parágrafo Primeiro: Para efeito da aplicação dos percentuais serão consideradas as condições estipuladas a seguir:

- a) Será garantido 40% (quarenta por cento) do salário mínimo nacional aos trabalhadores que prestam serviços em áreas consideradas de grau máximo, de acordo com os levantamentos técnicos do laudo de insalubridade contidos no PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) ou PGR ou LTCAT.
- b) Será garantido 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional aos trabalhadores que prestam serviços em áreas consideradas de grau médio, de acordo com os levantamentos técnicos do Laudo de Insalubridade contidos no PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) ou PGR e ou LTCAT.

c) O pagamento a que se refere o caput desta cláusula terá como base o salário mínimo nacional, desde que cumpridos os requisitos apontados nos itens “a” e “b” deste Parágrafo Primeiro,

Parágrafo Segundo: Os trabalhadores transferidos de setores insalubres para setores considerados salubres nos termos do PPRA ou PGR e LTCAT deixarão de perceber o adicional de insalubridade correspondente a partir da data da efetiva transferência.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Fica garantido adicional de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração, a título de adicional de periculosidade, desde que caracterizado em levantamentos técnicos contidos no PPRA ou PGR/LTCAT.

Parágrafo Primeiro: Havendo na atividade do trabalhador a incidência de adicional de insalubridade, fica garantido o adicional de maior valor, não cumulativo.

Parágrafo Segundo: Os trabalhadores transferidos de setores perigosos para setores considerados não perigosos nos termos do PPRA ou PGR e LTCAT deixarão de perceber o adicional de periculosidade correspondente a partir da data da efetiva transferência.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA - AJUDA PARA VIAGEM

Aos trabalhadores que por necessidade do serviço tenham que fazer viagens intermunicipais, Estaduais ou internacionais, ou seja: Fora do perímetro urbano da sede base do setor de trabalho, receberá **antes de cada viagem** a título de auxílio de **Deslocamento com Pernoite** o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta) reais para custeio das despesas com alimentação (um almoço e um jantar) e um pernoite, cujos valores estarão isentos de tributação nem formarão a base de cálculo para os encargos relativos ao FGTS e INSS, como não formarão base de cálculo para as demais verbas trabalhistas, exemplificadamente as férias, o décimo terceiro, horas extras e DSR tendo em vista que tais valores que recebem o título de Ajuda para viagens serem um auxílio pontual oferecido com o objetivo de auxiliar o trabalhador na conclusão de uma tarefa extra e no custeio fisiológico deste exercício.

Parágrafo Primeiro: As empresas participantes deste instrumento coletivo opcionalmente poderão antecipar os valores a título de diárias de viagem aos valores estipulados no caput desta cláusula, caso em que se isentam da prestação de contas ou comprovação dos valores recebidos e utilizados

Parágrafo Segundo: Quando as viagens não incluírem a necessidade de pernoite o valor das despesas para cobrir almoço e jantar fica estipulado **Deslocamento sem Pernoite** no valor de R\$ 100,00 (cem reais) os quais serão pagos na forma do caput desta cláusula.

Parágrafo Terceiro: Tendo em vista que, no presente Instrumento Coletivo constam atividades de com abrangência territorial em Roraima que abrange as empresas que prestam serviços terceirizados para órgãos públicos as quais utilizam este instrumento coletivo em processos licitatórios embasadas na obrigação conforme os termos dos Editais específicos, Fica convencionado que todos os trabalhadores destas empresas, inclusos os que exercem as funções descritas nesta cláusula **fazem parte da categoria preponderante do SIEMACO RORAIMA**.

Parágrafo Quarto: Não é devido à “ajuda para viagem” mencionada no Caput, quando a empresa fornece dormitório e/ou alojamento, com refeições aos trabalhadores.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO

As empresas se comprometem a fornecer VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO, através de créditos em cartão específico o qual deverá ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a todos os trabalhadores, ,

no valor correspondente a R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por dia efetivamente trabalhado, não sendo devido tal benefício na ausência de labor decorrente de faltas injustificadas, exceto faltas por acidentes do trabalho nos termos do Parágrafo Sexto dessa cláusula mediante emissão da CAT correspondente.

Parágrafo Primeiro: Para todos os efeitos legais os benefícios acima não se constituem salário e, portanto, a ele não incorporará e nem repercutirá sobre qualquer verba consectária ao salário, tais como; exemplificadamente: Aviso Prévio, Horas Extras, 13º salário, Férias, Contribuição Previdenciária e Fundiária, ou Incorporação ao Salário Base, sendo devido exclusivamente durante o período que o integrante da categoria atender as condições do caput desta cláusula.

Parágrafo Segundo: Cada trabalhador participará com a importância de R\$ 0,25 (vinte e cinco) mensalmente que serão descontados de seus rendimentos a título de Vale Refeição, independente da autorização individual do trabalhador.

Parágrafo Terceiro: No período correspondente ao gozo de férias, benefício por licenças maternidade, paternidade, ou benefício previdenciário decorrente de doença, espécie 31 (trinta e um) o trabalhador não fará jus aos benefícios descritos no caput desta cláusula.

Parágrafo Quarto: Ocorrendo demissão do trabalhador cabe à empresa descontar em TRCT os valores diários referentes à refeição que houver sido paga relativa aos dias excedentes à data do seu desligamento, para tanto será considerado o valor de R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por dia excedente à data do efetivo desligamento, quando os valores já estiverem à disposição do trabalhador.

Parágrafo Quinto: As empresas e a entidade profissional poderão firmar acordo coletivo para substituir o fornecimento do tíquete-refeição pelo fornecimento de refeição “in-natura” que atenda os pressupostos do programa de alimentação do trabalhador. O eventual acordo coletivo também poderá alterar os valores da remuneração (salário-base e /ou vale alimentação) em substituição ao tíquete-refeição; tudo conforme as partes vierem a se conciliar. As empresas que comprovadamente, há pelo menos 6 (seis) meses já vinham fornecendo refeição “in natura”, atendendo os pressupostos do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) sem que houvesse discordância formal dos empregados ou entidade representante da categoria, poderão manter o fornecimento da mesma forma.

Parágrafo Sexto: Aos trabalhadores afastados por ACIDENTE DE TRABALHO, mediante apresentação da CAT, serão creditados os Valores Referentes VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO proporcional ao número de dias trabalhados.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE TRANSPORTE

Os trabalhadores que comprovem o local de residência superior a 2.000m (dois mil metros) do local da prestação de serviços, fazem jus ao fornecimento de vale transporte em quantidade suficiente para o seu deslocamento residência / empresa / residência e deverão requerer formalmente o benefício, observada esta e demais condições.

Parágrafo Primeiro: A empresa fica dispensada do fornecimento do vale transporte quando, através de comprovação, os trabalhadores morem num perímetro igual ou inferior a 2.000m (dois mil metros) do local da prestação do serviço – frente de trabalho; ou quando estes usem condução própria; ou fornecida pela empresa para sua locomoção, como por exemplo: rota / frente de trabalho / rota / empresa.

Parágrafo Segundo: Os trabalhadores que fizerem comprovadamente uso indevido dos vales transportes (venda, troca, etc.) serão demitidos por justa causa, de acordo com o Parágrafo 3º do artigo 7º do Decreto Lei nº 95.247/87.

Parágrafo Terceiro: Fica certo e acordado que serão descontados 6% (seis por cento) do salário base do trabalhador que fizer uso do benefício em questão, de acordo com o disposto no inciso I do artigo 9º do Decreto Lei 95.247/87.

Parágrafo Quarto: As empresas ficarão isenta do fornecimento do vale transporte aos trabalhadores que utilizam sistema de ônibus fornecido pela empresa para o deslocamento dos trabalhadores no trajeto rota / frente de trabalho / rota / empresa, ou aos trabalhadores que optem pelo não recebimento do benefício, independente da distância entre sua residência e a empresa.

Parágrafo Quinto: Ficam vedadas, para qualquer fim, o pagamento de hora in intinere, nos termos do art. 58, e seguintes da CLT.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HOMOLOGAÇÕES

As homologações das rescisões do contrato de trabalho aos trabalhadores que tenham cumpridos um ano ou mais de contrato de trabalho, poderão a critério dos trabalhadores serem realizadas na sede do **SIEMACO RORAIMA** no município de Boa Vista - RR.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CARTA DE REFERÊNCIA

As empresas ficam obrigadas a fornecer aos seus trabalhadores demitidos, ou àqueles que tenham pedido demissão, carta de recomendação contendo a discriminação do período de trabalho e a declaração de que "não há nada que desabone a conduta do trabalhador", exceto aos que venham ser demitidos por Justa Causa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - QUITAÇÃO ANUAL DAS VERBAS TRABALHISTAS

É facultado aos trabalhadores e a empresa, na vigência ou não do contrato de trabalho, firmar o TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS perante a entidade sindical signatária, sendo adotado o modelo acordado entre o SIEMACO/SP e SELUR/SP.

Parágrafo Único: O termo discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente, e dele constará a quitação anual dada pelo empregado com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ANOTAÇÕES EM CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS do trabalhador será, obrigatoriamente, devolvida pelo empregador ao empregado mediante recibo de devolução, num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, com todas as anotações pertinentes a Contratação, Remuneração e condições especiais, se houver, de acordo com os Artigos 29 e 34 da CLT.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR

Todo trabalhador atingido por medida disciplinar tomará ciência em documento apropriado contendo as razões e a extensão após a apuração dos fatos.

Parágrafo Primeiro: As empresas comprometem-se não aplicar rigor excessivo nem submeter o trabalhador a condição degradante ou humilhante.

Parágrafo Segundo: As empresas obrigar se-ão a ceder cópia impressa da medida disciplinar onde constem os motivos da aplicação da medida disciplinar ao trabalhador.

Parágrafo Terceiro: Não caberá medida disciplinar ao trabalhador que comprovar acompanhamento de parente doente à rede hospitalar pública ou privada, cabendo comprovar mediante documento o vínculo de parentesco restrito ao cônjuge e aos filhos.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GARANTIAS AS TRABALHADORAS GESTANTES

As trabalhadoras que se encontram no período de gravidez, a partir do 4º (quarto) mês, comprovado pela Caderneta de Gestante ou atestado emitido por Médico não poderão ter sua jornada de trabalho prorrogada a título de horas extras, ficando ainda assegurada estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até 05 (cinco) meses após o parto.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL

A todos os trabalhadores demitidos cujo último dia da repercussão do Aviso Prévio, ainda que indenizado, ocorra dentro do período de 02 a 31 de dezembro, portanto, nos 30 dias que antecedem a data base da categoria, 1º de janeiro de cada ano, é garantida a indenização adicional correspondente a um salário nominal conforme art. 9º. Da Lei 7.238/84.

Parágrafo Primeiro: A todos os trabalhadores demitidos cujos início do aviso, ainda que indenizado, ocorra a partir de 03 de Dezembro de cada ano e que tenha seu prazo final ocorrendo partir da 01 de Janeiro do ano seguinte é garantido o recálculo dos valores rescisórios com base no valor dos salários garantidos em negociação coletiva, não sendo devida nenhuma outra indenização além da diferença a ser apurada tomando por base o valor calculado e o valor a viger após 1º de Janeiro repercutidos sobre as demais parcelas salariais, previdenciárias e fundiárias nos termos da legislação específica.

Parágrafo Segundo: O pagamento das diferenças a que fizer jus será formalizado em TRCT complementar, cujo pagamento das verbas apuradas será realizado em até dez (10) dias a partir da data em que o trabalhador comparecer à empresa solicitando o recálculo e a correspondente a complementação rescisória.

Parágrafo Terceiro: Considerando a característica do setor de Asseio e Conservação ser prestação de Serviços contínuos à terceiros, exclusivamente no caso de rescisão contratual por parte do contratante. NÃO será devida a indenização adicional equivalente a um salário mensal, no caso de dispensa sem justa causa, conforme determina o artigo 9º das Leis 6.708/79 e 7.238/87.

Parágrafo Quarto: Não é devido à indenização mencionada no Caput, nos casos em que contrato de Prestação de Serviços (entre o órgão público ou órgão privado) tenha seu término previsto em contrato entre 02 a 31 e dezembro com a empresa a qual o trabalhador é registrado.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO

Fica pactuada, como regra geral, Jornada de trabalho de até 44 horas semanais distribuídas durante a semana, que podem ser de segunda a sexta-feira, ou de segunda a sábado.

Parágrafo Primeiro: Fica avençada jornada de 12X36 (doze horas de trabalho, por trinta e seis horas de descanso) para os trabalhadores que exercem funções de Controlador de Acesso, Porteiro, Agente de Portaria e Auxiliar de Limpeza, Líder, Supervisor, Encarregado de Limpeza além de outras funções de caráter operacional ou administrativo quando as exigências do tomador assim o exijam, garantida uma hora para refeição e descanso, que deverá ser anotada em registro de jornada de trabalho, independente da jornada de trabalho ocorrer diurna ou noturna ou ainda no formato misto proibindo-se a realização de horas suplementares sequenciais à jornada já conclusa, para os trabalhadores abrangidos neste Parágrafo.

Parágrafo Segundo: Fica pactuado que para atendimento de setores e demandas específicas as empresas poderão estabelecer jornadas semanais de 36 horas ou 180 (cento e oitenta) horas mensais distribuídas de segunda a sábado, sendo obrigado a concessão de intervalo de 15 minutos durante a jornada não computados como jornada de trabalho.

Parágrafo Terceiro: Havendo necessidade de mudança excepcionalmente temporária para atendimento de necessidades de serviços em horário noturno ou misto notadamente para a realização dos serviços de limpeza pós eventos, fica a empresa pactuante autorizada efetivar a modificação dos horários obedecendo aos intervalos legais extra e intra jornada de forma que nenhum trabalhador tenha prejuízo dos seus descansos legais, inclusive quando retornar para o seu horário efetivo de trabalho, neste caso, se necessário for a empresa concederá folga não compensatória para atendimento dos descansos legais entre as jornadas conforme estabelecido em lei.

Parágrafo Quarto: Fica garantido aos empregados que trabalham 06 horas diárias (180 horas mensais) o mesmo piso salarial de acordo com a função exercida de acordo com as funções descritas na Cláusula Terceira desta Convenção Coletiva do Trabalho.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

As empresas participantes ou abrangidas por este instrumento coletivo, por obrigação legal, devem conceder intervalo de no mínimo 01 (uma) hora para que os trabalhadores possam usufruir de intervalo destinado ao repouso e alimentação.

Parágrafo Primeiro: Fica também avençado que todos os trabalhadores que exerçam funções de natureza externa, ou seja; fora do ambiente interno das instalações da empresa, que não recebem incidência de supervisão hierárquica direta em todo o tempo de suas jornadas de trabalho. E, considerando que, todos os trabalhadores têm conhecimento dessas condições, e que as atividades de natureza externa dependem, em termos práticos, de providências dos próprios trabalhadores para programarem e cumprirem os seus intervalos de refeição. Fica por isso, estabelecido que os próprios trabalhadores têm a obrigação de cumprirem as suas jornadas de trabalho, de forma que seja também cumprido o horário de intervalo para repouso e alimentação, independentemente de supervisão hierárquica específica para este fim, dada a sua impossibilidade.

Parágrafo Segundo: Para atendimento das demandas próprias dos serviços ficam as empresas aqui pactuantes autorizadas a flexibilizar os intervalos para refeição e descanso de seus trabalhadores em até (04) quatro horas por cada jornada entre a segunda-feira e sexta-feira, quando necessário se fizer para manter as condições estabelecidas em contrato de prestação de serviços entre contratantes e contratadas.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTROLE DE JORNADA

A empresa poderá adotar, ao mesmo tempo, registro de pontos eletrônicos, mecânicos e manuais para controle de jornada de trabalho dos seus trabalhadores que atenda suas necessidades e se adéque aos seus diversos locais da prestação de serviços nos termos dos artigos 2º e 3º da portaria 373, de 25/02/2011, sem prejuízo do disposto no artigo 74, Parágrafo 2º da CLT, que determina o controle de jornada por meio manual, mecânico ou eletrônico.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTAS

Será abonada a falta do trabalhador quando este for prestar exame vestibular ou concurso público no dia em que coincidir com seu horário normal de trabalho, que deverá ser devidamente comprovado pelo trabalhador em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização do mencionado exame.

Parágrafo Único: Os trabalhadores terão suas faltas abonadas mediante apresentação de comprovantes documentais específicos para cada caso abaixo discriminado:

I - 03 (três) dias corridos, contados da data do óbito, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou irmã ou pessoa que comprovadamente dependa economicamente do trabalhador.

II - 03 (Três) dias úteis em virtude de casamento não cumulativo com outros benefícios inclusive gozo de férias;

III- 01 (um) dia útil anualmente para doação de sangue;

IV- 01 (um) dia para fins de alistamento militar;

V- Os dias referentes a convocação do Tribunal Regional Eleitoral para os trabalhos nos pleitos eleitorais mediante documento comprobatório.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - COMPENSAÇÃO DE DIAS NÃO ABRANGIDOS PELOS FERIADOS DO ESTADO DE RORAIMA

Nos dias a seguir listados, quando não considerados feriado nos municípios de Roraima onde ocorra a prestação efetiva dos serviços, e havendo interesse da empresa em suprimir as jornadas nos respectivos dias serão concedidas folgas mediante compensação que corresponderá à mesma quantidade de horas de cada dia.

- 1 - Terça feira de carnaval;
- 2 - Manhã da quarta-feira de cinzas;
- 3 - Corpus Christi.

Parágrafo Primeiro: A compensação para as folgas nos dias acima especificados poderá ser realizada antes ou depois dos dias listados no caput desta cláusula na mesma quantidade de horas de cada jornada.

Parágrafo Segundo: Para os dias considerados feriados através das leis federais, estaduais ou municipais ficam estabelecidos o cumprimento do respectivo descanso no dia; podendo a empresa e o empregado acordarem a compensação de jornada, através da troca de feriado nos termos do artigo 611 – A da CLT.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS DO TRABALHADOR

Fica estabelecido que o trabalhador possa gozar férias no período coincidente com a época do seu casamento, bastando para isso, que o mesmo comunique a empresa por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do início das férias.

Parágrafo Primeiro: Cônjuges que exerçam suas atividades na mesma empresa poderão gozar férias no mesmo período, quando solicitados por escrito com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do início das férias, desde que a concessão das férias a ambos não prejudique o desenvolvimento dos trabalhos.

Parágrafo Segundo: Fica garantido ao empregador conceder férias proporcionais ao trabalhador nas seguintes situações: nos términos de contratos, nos recessos (escolares, judicial e outros).

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - LICENÇA PATERNIDADE

Por ocasião do nascimento de filho do trabalhador a licença paternidade será de 05 (cinco) dias corridos contados do dia seguinte ao nascimento, exceção quando o trabalhador já estiver em gozo de benefícios previdenciários, férias, doenças, ou qualquer outro afastamento legal, neste caso a contagem dos dias correrá normalmente dentro do período da ocorrência do afastamento, não havendo concessão após findo o afastamento.

Parágrafo Único: A comprovação será efetivada mediante a apresentação do documento expedido pela Maternidade, ou da efetiva certidão de nascimento.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

As empresas fornecerão aos seus trabalhadores os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), necessários ao trabalho de acordo com as Normas Regulamentares (NR) expedidas pelo Ministério do Trabalho. Os equipamentos serão entregues mediante recibo, sendo a orientação para uso e conservação do mesmo, responsabilidade das empresas. A utilização do Equipamentos de Proteção Individual (EPI), quando exigido, será obrigatória por parte do trabalhador.

Parágrafo Único: O trabalhador após advertido por escrito sobre a necessidade de utilização de Equipamentos de Proteção Individual, quando reincidente poderá ser demitido por justa causa.

UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - UNIFORMES

As empresas deverão manter seus trabalhadores devidamente uniformizados, ficando obrigada a fornecê-los gratuitamente em número de 02 (dois) a cada ano. Fica assegurado à empresa o direito ao reembolso do valor correspondente ao uniforme fornecido, em caso de não devolução ou estrago voluntário do mesmo. As empresas também fornecerão uniforme aos trabalhadores em casos que comprovadamente houver a necessidade de reposição ou de substituição do mesmo, entende-se por uniforme a roupa e o calçado.

Parágrafo Único: A higienização dos uniformes é de responsabilidade dos empregados, nas condições definidas no parágrafo único do Artigo 456-A da Lei 13.467.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas comprometem-se a receber e abonar os dias constantes em atestados médicos apresentados pelos trabalhadores.

Parágrafo Primeiro: A aceitação dos atestados médicos de que trata o caput desta cláusula obedecerá a seguinte ordem: Atestados médicos fornecidos pelos médicos do SUS ou do sistema "S"; vindo a seguir os atestados passados por médicos da entidade sindical participante desta Convenção Coletiva; e, por último, serão aceitos os atestados médicos emitidos por médicos da rede particular de saúde.

Parágrafo Segundo: O trabalhador afastado de suas atividades, conforme estabelecido no parágrafo primeiro desta cláusula deve proceder a homologação do seu atestado no serviço médico da empresa para fins de acompanhamento das causas de adoecimento, e relatório anual do PCMSO obedecidos obrigatoriamente os prazos estabelecidos no parágrafo terceiro desta cláusula

Parágrafo Terceiro: Para atendimento aos prazos estipulados no e-social – Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas o recebimento dos atestados médicos a que se refere o caput e parágrafo primeiro desta cláusula obedecerá aos seguintes prazos:

- a) – **Atestado médico de 01 um dia:** 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da data da emissão para entrega ao empregador devidamente homologado;
- b) – **Atestado médico de 02 dois dias:** 48 (quarenta e oito) horas contadas a partir da data da emissão para entrega ao empregador devidamente homologado;
- c) - **Atestado médico de 03 três dias ou mais:** 72 (setenta e duas) horas contadas a partir da data da emissão para entrega ao empregador devidamente homologado;

Parágrafo Quarto: Os prazos acima descritos devem ser cumpridos a partir da data de início do atestado, para que o mesmo possua também valor legal no programa e-Social Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas.

Parágrafo Quinto: Serão aceitos os atestados médicos passados por odontólogos.

Parágrafo Sexto: Não serão abonados os dias ou horas constantes em comprovantes ou atestados de comparecimento do trabalhador aos serviços de saúde pública, particular, sistemas "S" e entidades sindicais onde não conste no referido atestado a necessidade de afastamento das atividades laborais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - AFASTAMENTO DECORRENTE DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

- a) Na hipótese do empregado encaminhado ao INSS para requerer/ingressar com o pedido de benefício previdenciário ter este negado ou cessado, deverá o mesmo se apresentar à empresa no prazo de 48 horas após comunicação do INSS para realizar o exame de médico de retorno ao trabalho, sob pena de dar início à contagem de tempo para caracterização do abandono de emprego e não poder requerer qualquer verba sem a devida contraprestação do serviço.
- b) Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, de cessação de seu benefício ou negativa do mesmo sem retornar ao trabalho, mesmo com a anuência do médico do trabalho da empresa no sentido de retorno ao trabalho, deverá o mesmo no prazo previsto no *caput* entregar à empresa o comprovante do recurso, ficando a partir de então o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os trâmites legais de retorno ao trabalho, não lhe cabendo no período eventuais salários e benefícios vencidos e vincendos.
- c) Para efeitos da presente cláusula, a ausência de atualização por parte do empregado sobre a sua situação previdenciária e respectivos dados cadastrais o sujeitará às cominações legais do art. 482 da CLT.
- d) Anualmente, o empregado afastado deverá comunicar a empresa a sua respectiva situação, considerando os efeitos da presente cláusula coletiva de trabalho.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - LOCAL PARA FILIAÇÃO SINDICAL

As empresas cederão espaço interno visível aos seus trabalhadores, para que a **SIEMACO RORAIMA** possa proceder a filiação dos trabalhadores, afixar editais, avisos, notícias sindicais, boletins, circulares, panfletos e comunicações de interesse da categoria profissional, sendo vedada a divulgação de matérias de cunho político partidário.

GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - LIBERDADE SINDICAL

Todo e qualquer diretor, delegado, conselheiro fiscal, suplentes inclusive, poderá se ausentar do trabalho para participar de atividades convocadas pela entidade profissional, até 04 (quatro) vezes por ano, obrigando-se a entidade sindical efetivas a solicitação com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas esclarecendo os motivos e o período de afastamento para a atividade.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DESCONTO ASSISTENCIAL / NEGOCIAL

Considerando a vontade dos trabalhadores manifestada em assembleia geral, e nos termos da Constituição Federal, em seu Artigo 8º, inciso IV, combinado com o art. 513, letra "e" da CLT, não revogados nem modificados por nenhuma legislação posterior, fica possibilitado o desconto na folha de pagamento dos salários dos trabalhadores da categoria, contemplados pelos benefícios da CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, das contribuições sindical e negocial e outras a favor da entidade laboral, fixadas em assembleia geral da categoria, ressalvado e em conformidade com o disposto nos artigos 545, 578, 579, 582 e 583 da CLT.

Parágrafo Primeiro: A forma de recolhimento da contribuição sindical, pelas empresas, está estabelecida no Artigo 586 da CLT, que determina o recolhimento à Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil. As empresas descontarão a contribuição Negocial/Assistencial Profissional de cada um de seus empregados da seguinte forma:

Parágrafo Segundo: Na folha salarial de cada mês, a partir de janeiro de 2025, o desconto da importância de R\$ 30,00 (trinta reais) para os empregados associados.

Parágrafo Terceiro: Na folha salarial de cada mês, a partir de janeiro de 2025, a importância de R\$20,00 (vinte reais) ou a 1% (um por cento) do salário de cada empregado, devidamente corrigido e limitado o desconto individual mensal a R\$40,00 (quarenta reais), a título de Contribuição Assistencial Negocial para os não associados prevalecendo o maior valor.

Parágrafo Quarto: As importâncias descontadas deverão ser recolhidas a SIEMACO RORAIMA em guias próprias fornecidas, até o dia 10º do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo Quinto: Os empregados que vierem a ser contratados após a data base, o desconto será efetuado a partir do mês seguinte ao de admissão, garantindo-se aos mesmos, desde que não associados, o direito de oposição no prazo de 30 (trinta) dias após primeiro desconto.

Parágrafo Sexto: Os descontos previstos nessa cláusula somente ocorrerão após a filiação/associação do trabalhador ao Sindicato signatário da presente convenção conjuntamente com sua autorização, por escrito, encaminhada às empresas pactuantes concordando com os descontos citados na presente cláusula.

Parágrafo Sétimo: As questões de ação judicial oriundas de pedido de devolução de contribuições sindical, ficam estabelecidas da seguinte forma:

1. Na hipótese de o empregado ingressar com ação judicial contra a empresa com o objetivo de obter devolução de valores descontados, a empresa será obrigada a notificar o **SIEMACO RORAIMA**, para que esse instrua o processo com as informações que entender cabíveis. Caso não faça a notificação dentro do prazo legal para a defesa, fica a empresa unicamente responsável por quaisquer medidas oriundas deste processo.
2. A empresa terá o direito de restituição de quaisquer contribuições sindicais, perante a **SIEMACO RORAIMA**, em caso de decisão judicial transitada em julgado, que a obrigue a devolver contribuições descontadas do empregado e recolhidas ao sindicato.

DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL NEGOCIAL

Os trabalhadores não associados poderão exercer o direito de oposição ao desconto da contribuição assistencial, nos seguintes termos:

- a) O prazo para a oposição será de 30 dias após a homologação da Convenção Coletiva de Trabalho.
- b) A carta de oposição deverá ser protocolada na sede ou subsede do SIEMACO RORAIMA ou por meio de carta registrada (AR), assinada de próprio punho, sem necessidade de reconhecimento de firma.
- c) Essa carta de oposição não tem um padrão estipulado, podendo ser uma simples menção de que não deseja mais o desconto de referida contribuição.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS

Após os recolhimentos da contribuição sindical (GRCS) e da Contribuição Previdenciária (GPS), a empresa se compromete a enviar a SIEMACO cópia dos respectivos comprovantes com as devidas relações de trabalhadores ASSOCIADOS/FILIADOS nos prazos constantes do art. 583, Parágrafo 2º. da CLT e Parágrafo 2º da Portaria Ministerial no. 3233/ Mtb, de 29/12/1983, Art 225, "V" do Regulamento da Previdência Social (RPS) aprovado pelo Decreto 3.048/99 (D.O.U) de 12/05/1999. O Sindicato Laboral quando do recebimento dessa documentação passará a ser o controlador único da informação, devendo assim cumprir o tratamento de dados adequados previstos na Lei Geral de Proteção de Dados, inclusive respondendo por vazamento e danos que porventura ocorram decorrente do não tratamento dos dados pessoais recebidos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - QUADRO DE AVISOS

Ficam as empresas obrigadas a disponibilizar à entidade profissional, quadro ou mural em local visível, para que nele se façam afiação de editais, avisos, notícias sindicais, boletins, circulares, panfletos e comunicados de interesse da categoria profissional, sendo vedado à divulgação de matérias de cunho político-partidário.

DISPOSIÇÕES GERAIS

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - REGISTRO DA CCT

Caberá ao **SIEMACO RORAIMA** a providência de imediatamente encaminhar ao Ministério do Trabalho, este instrumento para o competente registro e arquivo.

{}

**ALEXANDRE GROSSI DE ALMEIDA
PRESIDENTE**

**SIND. DOS TRAB. EM EMP. PREST. DE SERV., LIMPEZA URBANA, ÁREAS VERDES, ASSEIO E CONS. E COLOCACAO
DE MAO DE OBRA DE TERCEIROS DO ESTADO DE RORAIMA**

**EDMILSON PEREIRA DE ASSIS
PRESIDENTE**

FEDERACAO NACIONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO - FEBRAC

ANEXOS

ANEXO I - ATA DOS TRABALHADORES

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.